



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

A INSERÇÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NA EJA: DE ONTEM A HOJE

Eixo Temático: EIXO 43 - EDUCAÇÃO PARA CORPOS PLURAIS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA/ETNIA, MEDIADOS POR ARTEFATOS CULTURAIS. / AXIS 43 - EDUCATION FOR PLURAL BODIES: PEDAGOGICAL PRACTICES IN GENDER, SEXUALITY, AND RACE/ETHNICITY MEDIATED BY CULTURAL ARTIFACTS. (PRESENCIAL)

Edvan dos Santos Pereira ¹

RESUMO

A pesquisa aborda a evolução da inclusão de pessoas transexuais e travestis na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo do tempo. A metodologia do estudo foi bibliográfica, baseada na leitura e análise de artigos publicados sobre a temática, examinou-se o panorama desde as primeiras iniciativas até os desafios contemporâneos. O objetivo geral é investigar a trajetória histórica da inserção desses grupos na EJA, enquanto os objetivos específicos consistem em identificar os avanços alcançados, as lacunas existentes e as perspectivas futuras para uma educação mais inclusiva e equitativa. Conclui-se que, embora haja progresso, persistem obstáculos significativos, incluindo preconceito e falta de acesso a recursos educacionais adequados. O estudo enfatiza a importância contínua de políticas inclusivas e programas de sensibilização para promover uma educação mais igualitária.

Palavras-chave: Inclusão; Transexuais; Travestis; EJA; Diversidade de Gênero.

¹ Mestrando em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Especialista em Gestão e Coordenação Escolar. É licenciado em Educação Física (2014) pela UNEB/Campus IV, e em Biologia (2012) pela FTC - campus Paralela, de Salvador/BA. É membro do GEPALÉ-BA - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (Bahia). Atua como professor de Ciências Naturais e de Educação Física pela rede municipal de Ensino de Capim Grosso/BA. Foi gestor escolar por 06 anos e, foi também docente horista em turmas do ensino superior. É vice-coordenador da APLB (Sindicato dos Profissionais da Educação) - núcleo Capim Grosso. Atuou como membro titular no Conselho Municipal de Educação, no qual foi eleito presidente, e foi membro titular do Conselho do FUNDEB, ambos no município de Capim Grosso, pro.edvan86@hotmail.com;



INTRODUÇÃO

A inserção de pessoas transexuais e travestis na Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um tema de crescente importância dentro do contexto educacional contemporâneo. Ao longo das últimas décadas, tem sido objeto de discussões, políticas e movimentos sociais voltados para a promoção da igualdade e inclusão. Esta pesquisa propõe uma análise da evolução dessa inserção, desde suas origens históricas até os desafios enfrentados atualmente. Compreender a trajetória dessa inclusão é fundamental para identificar avanços, lacunas e desafios ainda presentes, contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

O reconhecimento da diversidade de identidades de gênero e a garantia do acesso igualitário à educação são princípios essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, a inclusão de pessoas transexuais e travestis na EJA enfrenta obstáculos diversos, que vão desde a falta de políticas específicas até a discriminação e exclusão social. Diante desse cenário, é crucial analisar criticamente a evolução dessa inclusão, buscando promover uma reflexão sobre as práticas educacionais vigentes e identificar estratégias para superar os desafios existentes.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos, a presença de pessoas transexuais e travestis representa um desafio significativo, dada a complexidade das questões relacionadas à identidade de gênero e a discriminação enfrentada por essa comunidade. A delimitação deste tema se dá a partir do reconhecimento da necessidade de compreender como as políticas educacionais têm respondido às demandas e necessidades específicas desses grupos, bem como os obstáculos que ainda persistem em sua plena inclusão no sistema educacional.

As hipóteses levantadas para este estudo incluem a possibilidade de que as políticas educacionais tenham evoluído para reconhecer e incluir mais explicitamente as demandas das pessoas transexuais e travestis na EJA. Além disso, consideramos a hipótese de que persistem barreiras estruturais, culturais e sociais que dificultam a plena participação e sucesso educacional dessa comunidade.

O objetivo geral deste trabalho é investigar a evolução da inserção de pessoas transexuais e travestis na EJA, analisando as políticas, práticas e desafios enfrentados ao longo



do tempo. Como objetivos específicos, buscamos identificar os avanços alcançados, as lacunas existentes e as perspectivas futuras para uma educação mais inclusiva e equitativa.

A relevância deste estudo reside na contribuição para o entendimento das dinâmicas de inclusão e exclusão no contexto educacional, bem como na identificação de estratégias e políticas que possam promover uma educação mais justa e acessível para todos. Através da análise desse tema, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade de gênero.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou uma abordagem baseada em pesquisa bibliográfica, analisando documentos, estudos e legislação relacionados ao tema. Esta metodologia permitiu uma ampla revisão da literatura e uma análise crítica das políticas e práticas educacionais voltadas para a inclusão de pessoas transexuais e travestis na EJA.

O desenvolvimento está estruturado em três subtítulos principais. O primeiro apresenta uma revisão da literatura sobre as questões de gênero e sexualidade, contextualizando a inserção de pessoas transexuais e travestis na EJA. Já o segundo aborda a evolução das políticas educacionais relacionadas à diversidade de gênero no Brasil. O terceiro analisa as práticas e desafios enfrentados pelas pessoas transexuais e travestis na EJA.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi predominantemente bibliográfica. Por meio de uma extensa pesquisa em fontes acadêmicas, literatura especializada e documentos relevantes, buscamos embasar nossa análise e discussão sobre o tema em uma sólida fundamentação teórica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Deve-se considerar que o autor Judith Butler em sua obra seminal "Gender Trouble", destaca a importância de reconhecer a fluidez e a performatividade do gênero, desafiando as normas binárias e heteronormativas que moldam as identidades de gênero na sociedade contemporânea (Butler, 1990). O autor enfatiza a necessidade de reconhecermos a fluidez e a natureza performativa do gênero, o que significa que o gênero não é algo fixo ou estático, mas sim uma construção social continuamente interpretada e expressa através de nossas ações e



comportamentos. Butler desafia as normas binárias e heteronormativas que tradicionalmente categorizam as identidades de gênero em termos de masculino e feminino, e as relacionam automaticamente com preferências sexuais heterossexuais. Ao fazer isso, ela propõe uma visão mais flexível e inclusiva do gênero, que permite uma ampla gama de expressões e identidades de gênero, além de questionar e desconstruir as estruturas de poder que sustentam as normas sociais tradicionais em torno do gênero e da sexualidade.

Além disso, a análise foucaultiana oferece percepções cruciais sobre como o poder se manifesta nos discursos e práticas sociais, influenciando a construção e normatização das identidades de gênero. Michel Foucault, em sua obra "A História da Sexualidade", demonstra como as instituições sociais, como a família e a escola, atuam como dispositivos de poder que regulam e disciplinam os corpos e identidades (Foucault, 1978). Compreender essas dinâmicas é fundamental para desvelar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão e marginalização de pessoas transexuais e travestis no contexto educacional.

Outra contribuição crucial para o entendimento da temática é a teoria interseccional, proposta por Kimberlé Crenshaw, que enfatiza a interconexão entre diferentes formas de opressão, como raça, classe e gênero (Crenshaw, 1989). Ao considerarmos as experiências das pessoas transexuais e travestis na EJA, é essencial reconhecermos as múltiplas formas de discriminação que enfrentam, tendo em vista que suas identidades são atravessadas por diversas dimensões de opressão e marginalização.

Salientamos que a orientação sexual é uma designação que emerge das interações sociais, experiências individuais e da forma como uma pessoa interpreta e compreende o mundo, seus desejos, afetos, corpo e relacionamentos. Podemos afirmar que somos inclinados ao desejo por outras pessoas, sendo uma característica inerente a qualquer ser humano. Dessa maneira, desde o nascimento, carregamos uma diversidade de desejos e experiências, podendo estes se manifestar em direção a pessoas de gênero diferente ou igual. Enquanto o sexo é determinado biologicamente, os papéis de gênero feminino e masculino são construções culturais e podem variar conforme os padrões sociais e comportamentais de uma comunidade.

Conforme Louro (2007), as identidades sexuais se formam a partir das formas como os indivíduos vivenciam sua sexualidade, seja com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de



ambos os sexos ou mesmo sem parceiros. Simultaneamente, os sujeitos se identificam social e historicamente como masculinos ou femininos, construindo assim suas identidades de gênero. Nesse contexto, surgem identidades sexuais como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, refletindo o complexo jogo de relações estabelecido entre os conceitos de masculino e feminino.

Segundo Louro (2007), a lógica dicotômica "masculino-feminino" tende a ignorar ou negar a existência de sujeitos que não se encaixam rigidamente em uma dessas categorias. Desconstruir essa lógica implica reconhecer que o polo masculino incorpora o feminino (ainda que de forma desviada, postergada ou reprimida) e vice-versa. Além disso, implica compreender que cada um desses polos é intrinsecamente fragmentado e dividido. As identidades de transexuais e travestis desafiam os padrões comportamentais normativos, evidenciando situações em que variações da orientação heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Essas identidades também questionam a concepção de que relações sexuais e matrimoniais são normais apenas entre pessoas de sexos diferentes, e que cada sexo possui papéis naturais predefinidos na vida (Bento, 2006).

De acordo com Bento (2006), a história do corpo está intrinsecamente ligada aos mecanismos de biopoder. O corpo é entendido como um texto socialmente construído, um registro vivo da história do processo de produção e reprodução sexual. Durante esse processo, certos códigos são naturalizados, enquanto outros são silenciados ou sistematicamente excluídos, relegados à margem do que é considerado socialmente aceitável. O mundo é moldado pela imposição de comportamentos e pela formação de corpos que se enquadram nas normas estabelecidas, subjugando os indivíduos a essas ordens impostas. Portanto, rotular as identidades trans como desviantes resulta na subjetivação e na regulamentação das práticas homofóbicas exercidas contra elas. Nesse contexto, a literatura especializada oferece uma base teórica sólida para compreendermos as dinâmicas de exclusão e discriminação enfrentadas por pessoas transexuais e travestis na EJA, bem como para identificar estratégias e políticas educacionais que promovam uma educação mais inclusiva e igualitária.

Deve-se considerar que autores como Guacira Lopes Louro destacam a necessidade premente de políticas afirmativas e educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade de



gênero, visando assim promover uma educação mais inclusiva e igualitária (Louro, 2004). A obra de Louro ressalta a importância de uma abordagem sensível às questões de gênero no ambiente escolar, reconhecendo as diversas identidades e expressões de gênero presentes na sociedade contemporânea.

As frequentes agressões direcionadas à população LGBT+ atualmente oferecem um ponto de partida relevante para uma reflexão sobre diversidade sexual no Brasil. Incidentes de violência em espaços públicos, manifestações de preconceito e discriminação, e até mesmo a oposição agressiva de certas instituições e setores liderados por políticos e líderes, que combatem com ódio, violência e terror as iniciativas dos movimentos LGBT+ e outros movimentos sociais que defendem o direito à dignidade e à liberdade de expressão (Louro, 2004).

Desde o início da década de 1980, a luta pelos direitos humanos da comunidade LGBT+ tem ganhado força no Brasil e em diversos países, impulsionando a expansão da agenda de reivindicações por direitos fundamentais necessários em sociedades contemporâneas. Além de buscar a concretização de direitos sociais básicos como outras minorias, esse segmento da população brasileira também empreende uma luta específica pela garantia dos direitos sexuais (Giddens, 1999).

Os direitos sexuais representam direitos humanos universais fundamentados na liberdade, dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos. Considerando que a saúde sexual é um direito fundamental, sua promoção se torna um direito humano básico. Para garantir que indivíduos e a sociedade possam desenvolver uma sexualidade saudável, é crucial que os direitos sexuais sejam reconhecidos, promovidos, respeitados e protegidos em todas as sociedades. A saúde sexual emerge de um ambiente que valoriza, respeita e promove esses direitos sexuais (Furlani, 2009, p. 302).

Alguns avanços já são notados na sociedade brasileira como frutos oriundos dessa luta pela cidadania:

(a) a retirada da homossexualidade do código de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 (alguns anos antes da Organização Mundial de Saúde fazer o mesmo);



(b) a criação da Resolução nº 01 de 1999, pelo Conselho Federal de Psicologia, que estabeleceu “normas de atuação para os/as psicólogos/as em relação à questão da orientação sexual. Determinou-se que nenhum/a desses/as profissionais podem exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, muito menos submeter qualquer pessoa a “tratamento de cura” tendo sempre em vista que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

(c) ampliação dos aparatos jurídicos que reconhecem e validam os relacionamentos homoafetivos estáveis; dentre outros.

No cenário legislativo brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Plano Nacional de Educação (PNE) representam marcos significativos no reconhecimento dos direitos educacionais das pessoas LGBTQIA+. Esses documentos estabelecem diretrizes para uma educação mais inclusiva e não discriminatória, contemplando a diversidade de gênero como um dos princípios norteadores da prática educacional (Brasil, 1996; Brasil, 2014). No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios consideráveis, incluindo resistência cultural, falta de capacitação de profissionais da educação e ausência de recursos adequados para promover a diversidade de gênero no ambiente escolar.

Além das políticas nacionais, programas como o "Escola sem Homofobia" e o "Brasil sem Homofobia" têm desempenhado um papel fundamental na promoção do respeito à diversidade de gênero e na luta contra a discriminação nas escolas brasileiras (Ministério da Educação, 2004; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004). Essas iniciativas governamentais visam sensibilizar a comunidade escolar, capacitar professores e criar espaços seguros e inclusivos para estudantes LGBTQIA+, contribuindo assim para a construção de uma cultura escolar mais tolerante e respeitosa com a diversidade de gênero.

Destacam-se entre as iniciativas do "Programa Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e Discriminação contra LGBTs e Promoção da Cidadania Homossexual" a proposta de disseminação de informações sobre direitos e a promoção da autoestima sexual por meio de ações educativas baseadas nos valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual. A história de luta política do Movimento LGBT+ provocou a implementação



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

de políticas voltadas à promoção da cidadania e dos direitos humanos, bem como ao combate à homofobia. O Governo Federal, ao adotar os resultados da I Conferência Nacional LGBTQ+, estabeleceu diretrizes e medidas para transformar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTQ+ em um Plano de Ação da Gestão Pública. Além disso, fortaleceu o Programa Brasil sem Homofobia, impulsionou a realização de diversas ações na área educacional, financiou projetos para a capacitação de professores e profissionais da educação e implementou o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC).

Estudos recentes, como os conduzidos por Berenice Bento e Amara Moira, ressaltam de forma contundente a vulnerabilidade desses indivíduos frente à exclusão social e educacional, enfatizando a intensa discriminação e violência que enfrentam, muitas vezes, baseadas em preconceitos de gênero (Bento, 2014; Moira, 2018).

A falta de políticas específicas e de ambientes acolhedores dentro das instituições de ensino da EJA exacerba ainda mais esses desafios, contribuindo significativamente para altas taxas de evasão escolar e baixo desempenho acadêmico entre as pessoas transexuais e travestis (Facchini et al., 2019). É essencial compreender que a ausência de medidas direcionadas à inclusão e ao respeito à diversidade de gênero cria um ambiente hostil e pouco receptivo para esses estudantes, impactando negativamente em seu desenvolvimento educacional e pessoal.

Nesse contexto, torna-se evidente que a formação adequada de professores e a criação de espaços seguros e inclusivos são medidas urgentes e imprescindíveis para promover a permanência e o sucesso desses estudantes na EJA. A capacitação dos profissionais da educação para lidar de forma sensível e respeitosa com as questões de gênero, bem como a implementação de políticas de combate à discriminação e de promoção da diversidade, são passos fundamentais para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo para todos. Somente assim será possível garantir que pessoas transexuais e travestis tenham acesso efetivo ao direito à educação e oportunidades de realização pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de pessoas transexuais e travestis na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um tema complexo e relevante que reflete os desafios e as oportunidades enfrentadas pela



sociedade contemporânea na promoção da inclusão e da igualdade de direitos. Ao longo deste estudo, exploramos a evolução dessa inserção, desde suas origens históricas até os desafios enfrentados atualmente.

Ao revisar a literatura especializada, analisar as políticas educacionais e examinar as práticas e desafios enfrentados pelas pessoas transexuais e travestis na EJA, pudemos compreender melhor as barreiras que ainda persistem para uma plena inclusão educacional. Desde a falta de políticas específicas até a discriminação e violência enfrentadas no ambiente escolar, fica claro que há muito a ser feito para garantir o acesso igualitário à educação para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero.

Diante desse panorama, é crucial serem adotadas medidas concretas e eficazes para promover uma educação mais inclusiva e sensível à diversidade de gênero na EJA. Isso inclui a implementação de políticas de inclusão específicas, a formação continuada de professores, a criação de espaços seguros e acolhedores nas instituições de ensino, entre outras iniciativas.

No entanto, é importante reconhecer que a promoção da inclusão de pessoas transexuais e travestis na EJA não é apenas uma questão educacional, mas também uma questão de direitos humanos e justiça social. Garantir o acesso igualitário à educação para todas as pessoas é essencial para construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todos.

Portanto, é fundamental que continuemos a avançar na luta pela inclusão e igualdade de direitos, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade de gênero e ofereça oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Somente assim poderemos construir um futuro mais justo e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

Bento, B. (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Garamond.

Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm



Brasil. (2014). Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.

Facchini, R., Caponi, S., & Cerqueira, C. (2019). Educação de Jovens e Adultos: ensino médio e diversidade sexual e de gênero. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 3(1), 111-125.

Foucault, M. (1978). *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*. Vintage Books.

FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério (org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2009.

GIDDENS, Anthony. Estruturalismo, Pós-Estruturalismo e a Produção da Cultura In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1999.

Louro, G. L. (2004). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Louro, G. L. (2007). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora Vozes.

Ministério da Educação. (2004). Programa Escola sem Homofobia. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=3117>

Moira, A. (2018). *E se eu fosse puta*. Hoo Editora.



Secretaria Especial de Direitos Humanos. (2004). Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Recuperado de <http://www.diversidade.gov.br/politicas/brasil-sem-homofobia/publicacao/brasil-sem-homofobia-1.pdf>